

O movimento operário e as Associações de Trabalhadores em São Paulo

Giuseppina De Grazia*

Resumo:

O artigo tenta reconstituir uma experiência representativa dos anos 1970/80, buscando resgatar práticas organizativas que caíram em desuso nos dias atuais, seja em consequência da contraofensiva do capital - cuja necessidade de ampliar a exploração só seria possível com a fragmentação e desmobilização das forças do trabalho -, seja devido ao retorno de uma forma de ação política que voltou a privilegiar basicamente as vias institucionais e a continuidade da ordem vigente.

Palavras-chave: Movimento operário. Autonomia. Organização. Classe.

No bojo da explosão dos últimos grandes movimentos grevistas no país, por iniciativa da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM) e de inúmeros trabalhadores que participaram ativamente das greves de 1978/79, foram criadas diversas Associações de Trabalhadores em várias regiões da capital. Tais Associações, pelo menos até meados da década seguinte, concentraram intensa movimentação de operários e militantes dos movimentos populares, fomentando o debate político, a atuação sindical, a vida cultural e a articulação inter-categoria.

Embora com um tempo de vida relativamente curto, e apesar das inerentes limitações e debilidades, constituíram-se em espaços de desenvolvimento de uma práxis político-pedagógica ancorada na articulação entre o debate teórico e a prática política construída cotidianamente naquele intenso momento histórico. Contribuíram também para o nascimento da Central Única dos Trabalhadores e sua implantação nas regiões, quando ainda se sonhava com uma “CUT pela base”, construída pelo conjunto da classe.

O presente artigo¹ busca recuperar algumas formas de materialização das

* Doutora em Sociologia/USP, professora do Departamento de Serviço Social/UFF. End. eletrônico: pina.gr@uol.com.br

¹ Elaborado a partir da dissertação de mestrado Da autonomia à institucionalização. Sociologia/USP, 1997.

bandeiras consideradas por diversos pesquisadores como a marca do período – *a autônoma e independência de classe, a ação direta, a organização nos bairros e locais de trabalho* – e que tiveram como uma das principais forças propulsoras a OSM de São Paulo – não por acaso pouco lembrada nas análises da época, cujo foco costuma restringir-se ao sindicalismo do ABC.

O conceito de *autonomia*, apesar de bastante amplo e polêmico, para esses setores do movimento referia-se ao processo de *auto-organização* dos trabalhadores. Envolveu um projeto claramente anticapitalista, que implicava a capacitação da classe para assumir o papel de principal sujeito político na construção de uma sociedade igualitária.

Apesar dos limites de espaço, além de permitir vislumbrar um pequeno fragmento da trajetória do movimento operário e popular, a reconstituição da história das Associações pode também recolocar o desafio sempre presente da retomada do trabalho político-organizativo, não para repetir modelos de outras conjunturas, mas para repensar como adequar essa necessidade aos dias atuais, já que, como diz Netto (2010), o maior déficit da esquerda contemporânea não é tanto teórico, mas principalmente organizacional.

O renascimento do movimento operário

Os fatores que contribuíram para a surpreendente eclosão dos movimentos massivos de trabalhadores no final daquela década já são bastante conhecidos. Como a realidade é sempre dialética, a própria política adotada pelos militares no período ditatorial criaria as condições para a emergência de tais movimentos. A forte concentração de renda, milhares de trabalhadores agrupados no mesmo espaço fabril, a expulsão do campo pelas empresas rurais, o inchaço das cidades, etc, contribuiriam para o acirramento de inúmeras contradições que não tiveram mais como ser contidas.

A industrialização maciça fortaleceu o proletariado e projetou politicamente um setor de ponta com capacidades hegemônicas [...]. Abre-se assim, um período típico de transição da sociedade de classes quando uma massa maior de trabalhadores [...] consegue enfrentar a supremacia burguesa em alguns níveis e forçam o seu espaço político próprio para deixar de ser uma mera cauda eleitoral da burguesia (Fernandes, 1982).

A reação dos trabalhadores surpreendeu todo o país, alcançando dimensão nacional. Segundo o Dieese, só em 1979 ocorreram 430 greves com a participação de 3.241.500 trabalhadores de mais de 17 categorias. Se a motivação inicial era econômica, no decorrer do processo, as greves foram adquirindo forte dimensão política na medida em que significaram uma rebelião contra a política econômica do regime, contra a repressão e o atrelamento dos sindicatos.

As principais forças políticas, em torno das quais o movimento operário se aglutinou, foram os sindicalistas do ABC e as oposições sindicais.

Com a proposta de atuar por dentro da estrutura sindical, os chamados sindicalistas “autênticos” integravam as diretorias de alguns sindicatos de metalúrgicos. A maioria sem origem de esquerda - e fazendo questão de não confundir-se com ela² – na medida em que as pressões da categoria ficam mais fortes, esses sindicalistas vão aos poucos superando discursos e práticas conciliatórias, para assumir posições de confronto que, no auge do movimento, colocam em cheque todo o sistema político da época.

Para Eder Sader (1988:183), a evolução do sindicalismo autêntico apóia-se na percepção da importância da categoria no processo produtivo, e no fato de que a atuação sindical tinha um respaldo legal que não podia ser contestada. Afinal, eram dirigentes de órgãos que de alguma forma faziam parte da “institucionalidade estatal” e estavam assumindo um papel “institucionalmente definido – de agenciadores dos conflitos trabalhistas”.

De outro lado, desde os anos 1960, militantes de diversas categorias passaram a agrupar-se como oposições sindicais³ visando não só à retomada dos sindicatos das mãos dos interventores nomeados pela ditadura, mas também à derrubada da estrutura sindical atrelada ao Estado e à organização nos locais de trabalho. Embora defendendo um conjunto mais ou menos similar de princípios e propostas, as oposições caracterizavam-se como *frentes*, admitindo em sua composição diversas visões partidárias. Na verdade, as oposições foram sempre motivo de polêmica dentro do movimento sindical, acusadas por muitos, inclusive pelos “autênticos”, de “paralelismo” com os sindicatos.

A OSM de São Paulo⁴ tem seu início formal em 1967, com a formação da 1ª chapa de oposição ao Sindicato dos Metalúrgicos da cidade. Documentos de circulação interna, porém, referem-se a “experiências realizadas em fábricas da Grande São Paulo a partir de 1961”, época em que “decidiu-se pelo desenvolvimento de um trabalho de nucleação dentro das fábricas” (OSM, s/d).

² O desconhecimento da origem do chamado novo sindicalismo que, junto com algumas outras forças da esquerda, logo assumiria a hegemonia na CUT e no PT, ainda hoje leva muitas pessoas a se surpreenderem com as supostas “mudanças de rumo” aí ocorridas, sem a percepção da intensa linha de continuidade existente entre a realidade atual e a concepção política e ideológica predominante naqueles segmentos desde os anos 1970.

³ Entre outras, além da OSM de S.Paulo, a Corrente Sindical Lavradores Unidos de Santarém-PA, OSM de Guarulhos e a de Osasco. Esta última, ligada à Comissão de Fábrica da Cobrasma, já em 1967 ganhara as eleições sindicais, vindo a ser duramente atingida em 68 pela repressão depois da famosa greve naquela empresa.

⁴ Para um detalhamento da história da OSM, ver Faria (1986), Eder Sader (1988) e Batistoni (2010).

Com um grau mais elaborado de fundamentação teórica, tornou-se uma das principais referências tanto para outras oposições sindicais, como para o conjunto do movimento sindical e popular. “No caso de São Paulo, a OSM será a principal força operária durante os anos 70 e início dos 80” (Telles, 1988: 262). Nas greves de maio/junho de 1978, são as Comissões de Fábrica incentivadas pela OSM que negociam diretamente com os patrões, rejeitando-se o papel mediador do representante oficial da categoria.

Se desde sua oficialização, os sindicatos no Brasil já nascem sob o controle Estado como órgãos de colaboração de classe, depois de 1964 adquirem um indisfarçável caráter policialesco, delatando militantes e qualquer atividade “suspeita”.

A grande novidade das greves de maio/ junho na capital paulista não estava só na irrupção de um amplo movimento depois de 14 anos de insatisfação represada. Estava também na forma como eram organizadas as greves: elas ocorriam a partir da discussão interna dos próprios operários em cada empresa. Mas também não é verdade que elas eram totalmente espontâneas, no sentido da ausência de qualquer força política no interior das fábricas. Além do estímulo gerado com as greves do ABC, as primeiras greves ocorreram justamente nas empresas onde havia grupos de militantes operários ligados à OSM e que já haviam participado em anos anteriores de pequenas lutas localizadas.

Nas greves de 1979, também por pressão da OSM, entram em cena os Comandos Regionais constituídos como resultado de um processo que envolvia a organização das principais fábricas, a realização de reuniões inter-fábricas por região, e a convocação de assembléias regionais que elegiam o Comando. O conjunto dos comandos regionais assumiu a direção real da greve, apesar do sindicato estar oficialmente na direção. Essa forma de organização foi utilizada também nas greves dos professores, construção civil, bancários e funcionários públicos.

Para Eder Sader (1988: 251-252),

com a onda grevista de 78-79, a OSM-SP torna-se um movimento de massas capaz de incidir concretamente nas relações de poder tanto nas empresas, quanto no sindicato. [...] Os militantes da Oposição foram também focos de aglutinação, num movimento em que se esbanjava disposição de luta sem mecanismos reconhecidos de organização. E eles foram ainda centros de elaboração de propostas de ação e de reivindicação.

As principais propostas políticas

***A centralidade da fábrica e a organização de base**⁵. Com fundamentação na teoria marxista e nas experiências do movimento socialista internacional, a defesa da atuação na fábrica é explicitada em inúmeros documentos utilizados para estudo e debates. Um deles, entre vários, faz referência a Gramsci no período dos Conselhos Operários de Turim: a fábrica é “por excelência, o lugar estratégico da contradição capital-trabalho. [...] Até agora não se pensava o trabalho de fábrica como o lugar que vai forjar os caras que vão gestar a sociedade futura”. Por isso, a organização na fábrica não é só uma tática, não é só o ponto de partida para arremessar operários para participação posterior em organização mais avançada. É também o ponto de chegada. É aí que começa, se constrói e se consolida o poder de classe dos operários contra os capitalistas e seu Estado (RLO e OSM, 1982).

A proposta também era influenciada pela autocrítica que vinha sendo realizada desde 1971 por uma boa parte do que ainda restava da chamada “esquerda revolucionária”, em plena crise de identidade devido à derrota imposta pela repressão, mas também devido à descoberta de que “essa derrota se produziu em enfrentamentos nos quais os supostos ‘sujeitos revolucionários’ (as ‘massas’) não tiveram participação” (Sader, 1988:170). E, por último, o fechamento do espaço sindical, assim como de qualquer outro espaço institucional, impôs aos militantes o que foi chamado de “exílio nas fábricas” (Faria, 1986; Telles, 1988).

O resultado se faz sentir pelo surgimento de novos militantes, pela ampliação dos grupos organizados, pelo sucesso no desencadeamento de greves de seções, operações tartaruga, recusa às horas extras, e outras formas de resistência que começaram a pipocar depois de 1974 em diversas indústrias.

Dentro dessa perspectiva, a defesa das **Comissões de Fábrica** assumiria particular importância, entendidas não só como interlocutoras nas negociações com os empresários, mas como um “contra-poder” para enfrentar o despotismo patronal, “os limites corporativistas do sindicato e já prenunciando a construção de uma alternativa independente de organização e unificação da luta operária” (Telles; Sader, 1982).

*** A luta no Sindicato.** Apesar da acusação constante de “paralelismo”, a OSM enfatizava permanentemente a importância da atuação sindical, definindo o sindicato como campo fundamental para a ação da classe.

5“O objetivo principal da Oposição Sindical é a formação da consciência operária independente e organizada, e a sua tarefa mais importante da luta operária é: antes, durante e depois da tomada dos sindicatos das mãos dos pelegos, organizar os trabalhadores nas fábricas” (I Congresso da OSM-SP, março/79).

A OSM não é um novo sindicato, mas uma frente de sindicalistas que lutam por ele, orientando o combate dos trabalhadores, no sindicato atual e na fábrica. [A luta da OSM é] por um sindicalismo independente do Ministério do Trabalho, cujo estatuto seja definido pelos trabalhadores em assembleias. Um sindicato organizado pela base, apoiado nas CF. Um sindicato democrático, em que a base disponha de mecanismos de controle sobre a vida sindical, na mais ampla participação. Um sindicato cuja sustentação financeira venha da contribuição e apoio consciente dos sindicalizados (I Congresso da OSM, 1979).

*** Autonomia e organização independente.** Em meados dos anos 70 “a discussão sobre a constituição de um movimento operário autônomo em nosso país tinha por referência as propostas e a prática da OSM” (Telles; Sader, 1982). Assim, a bandeira das “organizações independentes e autônomas” passa a nortear a prática de diversos grupos tanto no movimento sindical como popular. Mas o que são as tão enfatizadas “organizações independentes”? Para a OSM elas abarcam um leque amplo que inclui desde os

grupos de fábrica, até associações de trabalhadores. Não sabemos qual destas formas a classe vai se apropriar, ou se vai criar outras para fazer delas seu organismo de poder. Nossa tarefa é incentivá-las a manter sua independência frente ao Estado burguês e a instituições como parlamento, igreja, sindicato [...]. As interfábricas, intercategorias e associações são fundamentais no rompimento da divisão por categoria. São o elo entre o político e o sindical, onde não podemos nos omitir nem cair no erro de “dominá-las” fazendo delas nossos “aparelhos” (OSM, 1981).

Essa idéia da autonomia dos trabalhadores pra nós era fundamental. A fundamentação teórica vinha duma reflexão de vários militantes [...] sobre as experiências socialistas no resto do mundo. E a gente se referenciava muito pela Comuna de Paris, pela Revolução Russa. A visão coletiva da imensa maioria era que a revolução russa se acabou quando acabaram os soviets, com o fim da organização autônoma dos trabalhadores, da participação ativa dos trabalhadores nos soviets [...] Afinal, a idéia da autonomia dos trabalhadores era muito forte nas experiências do Maio de 68 e, sobretudo, na experiência dos trabalhadores italianos de 69 até 75. E das Comisiones Obreras na Espanha antes que virassem a burocracia que elas viraram. (Militante da OSM e ATRM, set. 1995).

A criação das Associações de Trabalhadores

O momento para a criação das Associações surge, portanto, como resultado do encontro daqueles posicionamentos políticos com o quadro conjuntural após a greve de 79, quando centenas de novos militantes se engajaram no movimento. Por isso, a necessidade de criar formas organizativas que possibilitassem a continuidade do ascenso da luta de classe dentro de uma concepção classista.

A idéia já vinha sendo amadurecida há algum tempo. Já em fins de 78, na zona Sul começara uma articulação para a criação da Associação dos Trabalhadores e Moradores da Zona Sul.

Hoje em dia [...] não tem um bairro, por menor que seja, onde não tenha uma associação de mães, um grupo de jovens, de teatro, uma escola de alfabetização, de supletivo ou profissional, um grupo contra a carestia. Os trabalhadores estão descobrindo sua força viva [...] estão erguendo a cabeça. E é por tudo isso [...] que estamos formando uma Associação, que pode se chamar Associação dos Trabalhadores da Zona Sul ou qualquer outra coisa. O importante é ver para que ela vai nos servir. (Boletim dirigido aos trabalhadores e moradores da Zona Sul, 1978).

Um dos fundadores daquela Associação, muitos anos depois lembra que uma das questões principais que motivaram sua criação era a ausência de espaços institucionais para poder se ampliar o trabalho. Outra idéia básica era a necessidade de unir as lutas de várias categorias.

Assim, fizemos uma Associação que começou a funcionar, que era totalmente auto-sustentável. E cumpriu um papel decisivo na época, principalmente por não existir espaço pra qualquer atividade de oposição dos metalúrgicos, de outras categorias - que nós sempre tivemos claro a questão de classe [...]. A primeira sede foi na João Dias - ali foi um espaço de interfábricas enormes. Enchia sempre [...]. A idéia nossa era de, vamos dizer, em São Paulo, se criasse toda uma rede de Associações. Alguma coisa que reagrupasse os trabalhadores, sendo que não tinha nenhuma forma de irradiação mais centralizada. [...] Não existia CUT, não existia nada..." (Militante OSM na zona sul, out/95).

Outro militante ressalta que a proposta das Associações veio em dois sentidos:

Um, de a gente estender nosso trabalho, a nível de bairro, de movimento de moradia [...] e outro, no sentido da gente ter uma infra-estrutura independente. Porque até aquela época, todo funcionamento da Oposição dependia muito da Igreja (Militante da OSM e da ATRI, nov/95).

A partir desses objetivos e preocupações, entre 1978 e 1982, foram criadas 10 Associações, sendo que as 07 da capital paulista foram formadas nos locais onde já funcionavam os núcleos regionais da OSM:

Associação dos Trabalhadores da Zona Sul (1978)

A.T. do Ipiranga – ATRI (1979)

A.T. da Região da Mooca – ATRM (1979)

A.T. do Tatuapé (1980)

A.T. da Zona Norte (1981)

A.T. de Itaquera (1980)
A.T. da Vila Leopoldina (1982)
A.T. de Santo André (1981)
Guarulhos (1978)
Xerém -RJ (1980)

Na impossibilidade de detalhar o funcionamento de todas, segue um breve relato da Associação da Mooca (ATRM) como uma pequena mostra da dinâmica, atividades e preocupações em grande parte comuns ao conjunto delas.

Localizada num dos primeiros bairros operários de São Paulo, em 1978/79 os dados disponíveis apontavam a existência de cerca de 1.600 indústrias na região, empregando mais de cem mil trabalhadores (FASE-SP, 1982)⁶.

Depois de inúmeras reuniões envolvendo a participação intensa de perto de uma centena de trabalhadores (além dos metalúrgicos, têxteis, gráficos, movimentos populares dos bairros da região, entre outros), em dezembro de 1979 alugou-se uma casa, e a Associação foi fundada com os seguintes objetivos:

Criar um espaço para

favorecer a organização independente da classe operária (onde a classe está na direção, onde não há atrelamento ao governo, à burguesia ou a partidos políticos);

favorecer a articulação das diversas categorias existentes na região;

exercitar a prática da direção coletiva, do trabalho em equipe;

desenvolver diversas atividades no sentido de possibilitar vários níveis de participação aos companheiros novos;

contribuir no desenvolvimento de todos os aspectos da vida do trabalhador: cultural, profissional, político, recreativo, etc (Ata de Fundação, dez/1979).

Diversas comissões de trabalho ficaram responsáveis pelas atividades que passariam a ser desenvolvidas no local: movimento operário, cursos profissionais, formação política, comissão cultural, biblioteca, imprensa, lazer, etc. O movimento de luta por moradia, composto pelos moradores de cortiços da região, que começara a funcionar na Paróquia local, passou a se reunir também na Associação, com uma coordenação e dinâmica própria. Vários de seus integrantes participavam da diretoria e das comissões de trabalho.

⁶ Já em 1997 os dados apontavam uma redução drástica nesse quadro, com várias indústrias totalmente desativadas, o que vai explicar em parte o fracasso das inúmeras tentativas para continuidade da organização.

Além da continuidade do trabalho organizativo nas fábricas e dos cursos profissionalizantes, nos primeiros anos de funcionamento, a ATRM constituiu-se num significativo pólo de formação política, sindical, debates, cultura e festas da região (com cursos, seminários e atividades amplas semanais de palestras, filmes, teatro, música, etc), além de aglutinar os movimentos de bairro e diversas oposições sindicais nos momentos de lutas mais gerais, como na organização das greves gerais do início da década de 1980, no apoio às greves do ABC, na participação de todas as articulações regionais e nacionais para construção da CUT.

Todas as atividades, desde a organização de um forró, até o trabalho de organização na fábrica, tinham um objetivo educativo. Por isso tão ou mais importante que a realização da programação em si, era a **maneira de decidir, planejar e organizar** essa atividade envolvendo a participação do maior número possível de pessoas. As comissões de trabalho, assumidas por operários que na maioria das vezes apenas iniciavam a militância, tinham esse papel pedagógico de exercício da organização coletiva e a discussão crítica do processo de trabalho alienante vivenciado no interior do sistema fabril: a separação entre planejamento e execução, entre o trabalho manual e intelectual, e suas conseqüências na mutilação da capacidade do trabalhador de pensar, tomar decisões, exercitar sua criatividade, etc.

Da mesma forma, nos cursos profissionalizantes tentava-se utilizar uma metodologia que possibilitasse a superação do aprendizado mecânico sem a compreensão do processo mais global da produção. A busca constante de novas metodologias era feita em reuniões de monitores (operários especializados, militantes das fábricas da região), em encontros com as demais Associações e com companheiros que desenvolviam experiências similares em Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador, entre outros.

A preocupação em fortalecer a organização de classe é exaustivamente repetida em todas as avaliações, assim como nas reuniões conjuntas que ocorriam regularmente entre as diversas Associações.

A Associação é um espaço classista para capacitar gente para assumir a direção da sociedade amanhã. É um espaço livre, sem interferência dos burgueses... Na Associação, além de outros lugares, os trabalhadores vão adquirir prática de se organizar, de dirigir, de exercer o poder. [...] A burguesia quer que os operários não entendam de nada. O papel da Associação é romper isto e incentivar a cultura da classe operária, dar espaço para que cada um ponha pra fora o que tem em si (Seminário da ATRM, 5/09/1982).

A transformação das Associações em CUTs Zonais

A articulação entre as lutas das várias categorias de trabalhadores, vetada pela estrutura sindical corporativista, estava entre os principais objetivos das Associações. Apesar dos sempre limitados resultados concretos, nunca se abandonavam as tentativas de formar uma “intercategoria” que assumisse a direção das lutas em cada região. Tinha-se em mente algumas referências como os Cordões Industriais no Chile e pensava-se constituir alguma coisa semelhante.

A articulação e apoio a diversas chapas de oposição sindical, assim como a preparação das primeiras greves gerais decretadas pela recém criada CUT, deram grande impulso às tentativas de articulação entre as diversas categorias e movimentos populares de cada região. Porém, em geral havia grande dificuldade em manter essas articulações por um período mais longo.

A idéia da estruturação da CUT em Zonais, em processo de discussão na CUT Regional SP e em todas as Associações - proposta defendida pelas forças que se alinhavam com a articulação chamada “CUT pela base” e outros setores mais à esquerda da Central -caía como uma luva para concretização da tão sonhada formação de uma direção operária nas diversas regiões da Grande São Paulo. Assim, de 1984 a 87, praticamente todas as Associações passaram a funcionar como Zonais da CUT. A programação das atividades permaneceu basicamente igual aos anos anteriores, porém, enquanto o caráter das Associações era essencialmente de estrutura de apoio aos movimentos organizados, a ação política e sindical proveniente de uma direção eleita em cada Zonal (formada por representantes de sindicatos e oposições sindicais) e legitimada pela Central possibilitava impulsionar diretamente as lutas e inclusive a interlocução nas negociações com as empresas.

Apesar de importantes iniciativas em meio a altos e baixos no seu funcionamento, a proposta das Zonais não conseguiu se consolidar devido ao corporativismo arraigado na prática sindical, além da crescente verticalização da própria Central, cuja ala hegemônica nunca viu com bons olhos essa alternativa, a integração das oposições sindicais na estrutura da CUT, etc. O fator mais importante, porém, situava-se no esvaziamento das mobilizações principalmente em relação aos trabalhadores da indústria, vivendo-se já o início da fase de descenso, que iria se aprofundar cada vez mais nas décadas seguintes.

Com o desaparecimento das CUTs Zonais, e com as dificuldades colocadas pelo novo quadro conjuntural, praticamente todas as Associações se extinguiram⁷.

⁷ A ATRM existe até hoje em função do movimento de luta por moradia.

Por concentrar atividades concebidas fundamentalmente como auxiliares ao trabalho organizativo e às lutas nos locais de trabalho, as dificuldades enfrentadas para sua continuidade aumentam na mesma proporção que o esfacelamento das organizações operárias.

Anos mais tarde, militantes entrevistados a respeito da experiência das Associações⁸ manifestaram uma avaliação largamente positiva, em grande parte explicada pela evidente vinculação à conjuntura vivida então pelos movimentos:

As Associações desempenharam um papel importante. Em todas as greves gerais que começaram a surgir, as Associações serviram como ponto de referência pra se organizar (Ex-militante da OSM e da ATRI, nov/95).

Foi o tempo mais importante foi naquela época. Que era um tempo que a gente tinha uma grande esperança de mudar as coisas, né. E no final não se conseguiu. Mas foi o tempo mesmo do avanço do trabalhador, foi naquele tempo... Hoje em dia não existe mais isso daí. Não existe nada disso (Ex-militante da OSM e ATRM, out/95).

[A Associação] foi uma base pra organizar várias categorias. Por exemplo, teve os metalúrgicos, o pessoal do gás, têxteis, químicos, a Antarctica, Café União. A gente conseguiu fazer aquilo que todo mundo achava impossível [...] Que dentro daquilo ali nós fizemos muita coisa! (Ex-militante da OSM e ATRM, set/95).

[Nos primeiros anos] tinha muita atividade. [A finalidade] era juntar mais gente pra tentar engajar na participação... Numa análise bem rápida, acho que não conseguiu [...] Outra coisa que ajudou a ter um grande crescimento foi o movimento popular... a participação dos bairros aqui é muito forte. Tinha o [Pque. Sta.] Madalena, V.Alpina, o Industrial, o Jd. Elba... Sempre vinha bastante gente dos bairros. (Militante da OSM, ATRM e mov. de moradia, set/95).

Em relação aos bairros, porém, ao lado dos aspectos positivos, integrantes do movimento popular lembram também da queixa constante de se sentirem muitas vezes tratados como “tarefeiros” por parte dos “dirigentes” operários, reflexo da concepção bastante comum na época que colocava as lutas populares como “subordinadas” e não complementares às lutas operárias.

⁸ As entrevistas foram realizadas no ano de 1995, em função da Dissertação de Mestrado.

A derrota do projeto dos anos 70

A análise do período em questão (pelo menos no que se refere a seus projetos) traz à tona a famosa máxima marxiana: *a emancipação dos trabalhadores tem que ser obra dos próprios trabalhadores*. Os traços iniciais de uma imagem de classe em movimento também permitem lembrar Thompson (1987: 9; 37) referindo-se ao longo e trabalhoso processo de auto-construção da classe na Inglaterra:

A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se. [...] as pessoas se encontram numa sociedade estruturada em modos determinados (crucialmente, porém não exclusivamente, em relações de produção), experimentam a exploração [...], identificam pontos de interesse antagônico, começam a lutar por essas questões, e no processo de luta se descobrem como classe [grifo nosso].

A reconstituição da trajetória da OSM deixa clara como a vivência partilhada da exploração, das opressões e carências entre os antigos militantes e os demais trabalhadores no interior das fábricas e nos bairros - simultaneamente à agudização das condições objetivas - foi um fator impulsionador essencial para a organização e as mobilizações daquele breve período, assim como para a formação de novos militantes.

A gente fazia muito boletimzinho pra soltar nas fábricas naquele período [chamando para reuniões, assembléias, etc] mas a fábrica que vinha era só onde tinha alguma pessoa dentro, ou tinha um contato grande por fora... (Ex-militante OSM, ATRM e movimento de moradia, set/95).

O depoimento acima foi confirmado inúmeras vezes pelo conjunto da militância. Por isso, as demissões seletivas das lideranças e as listas negras, que tiveram início logo após a greve de 79, deram um golpe mortal na organização operária. Paradoxalmente, enquanto nos meios de comunicação falava-se muito em “transição democrática”, dentro das fábricas aprimoravam-se os métodos de controle e repressão por parte da classe patronal.

Com a maioria das lideranças fora das empresas, aumentava enormemente a dificuldade de continuidade daquela organização molecular. As tentativas de mobilização a partir de então se dariam de fora para dentro, e a “prioridade número um” para o trabalho nas fábricas continuaria apenas presente nos discursos e documentos.

Também no conjunto do movimento sindical, apesar das inúmeras declarações em contrário, são cada vez mais freqüentes as constatações de impotência frente ao que é reconhecido como o “ponto nevrálgico” da organização da classe. Os próprios dirigentes da Central - nascida justamente das lutas internas,

sua marca registrada que a diferenciava dos demais projetos de sindicalismo-reconhecem: “Nós ainda fazemos 80, 90% sindicalismo de porta de empresa” (Rodrigues, 1994).

Com efeito, por mais pertinentes que sejam as críticas ao processo de burocratização e “direitização” das organizações consideradas representativas dos trabalhadores, a fragilização das forças do trabalho só se torna compreensível à luz das profundas mudanças no contexto político, econômico e ideológico, assim como na reorganização do trabalho advindas com a crise do capital em escala mundial. No Brasil, principalmente a partir dos anos 90, através do intenso processo de enxugamento de empregos e precarização do trabalho, o capital consegue abortar quaisquer iniciativas de resistência, dentro de uma correlação de forças cada vez mais desfavorável à classe trabalhadora. A intensa ofensiva ideológica calcada na volta do ideário liberal complementaria a tarefa de estralçar os resquícios de consciência de classe e organização coletiva.

As próprias mudanças na atuação das correntes hegemônicas da esquerda não deixam de ser, em última instância, conseqüência da fragmentação da base produtiva, uma vez que só uma classe organizada pode pressionar e garantir direções combativas. Por outro lado, dentro de um processo dialético de influências sempre recíprocas entre os fatores objetivos e subjetivos, o redirecionamento das concepções e práticas no interior do sindicalismo e de grande parte da esquerda, também iria contribuir para o aprofundamento da paralisia nas lutas dos trabalhadores.

Dessa forma, sem ter tido o tempo necessário para consolidar-se, a incipiente retomada do movimento de reconstrução da classe iniciado na década anterior dá lugar à mais aguda individualização e desmobilização.

Os altos níveis de desemprego e a informalidade destronaram as categorias organizadas no trabalho formal da centralidade política a que haviam ascendido [...] Aquele desemprego e a informalidade, que atinge num país como o Brasil algo como sessenta por cento da População Economicamente Ativa [...] criaram uma nova classe que o léxico político da esquerda e da ciência social não é capaz sequer de nomear: não são trabalhadores informais, são desempregados, mas não desocupados [...]: são um lumpesinato, sem a carga pejorativa que o termo inegavelmente tinha nas mãos do barbudo de Tiers. Por que, então, a designação, mesmo que seja provisória e impotente? Porque é na política que se tornam lumpen; ou melhor, é na antipolítica (Oliveira, 2004).

A ausência de pressão dos trabalhadores e as dificuldades em conseguir mobilizar as próprias categorias tornam-se terreno fértil para a adesão à política “realista” de atuação defensiva, em que mergulharam quase todos os setores de esquerda. Desaparece do horizonte qualquer possibilidade de vislumbrar

alguma perspectiva de avançar “além do capital”, e os objetivos se restringem às bandeiras palatáveis ao sistema e à mídia, tais como os genéricos discursos em prol da “cidadania” e coisas do gênero.

Enquanto em 78/79, o que mais se destacava era o papel protagonista que a classe começava a assumir no cenário político, no período mais recente o papel de sujeitos políticos volta a deslocar-se para onde tradicionalmente sempre esteve. Ou seja, a ação da classe é substituída pela ação “competente” dos políticos profissionais, parlamentares, dirigentes sindicais, assessorias, ONGs, etc.

Já nas considerações finais de seu livro, Eder Sader (1988:311-315) fala em derrota do “projeto político implícito nos movimentos sociais do fim da década de 70” acenando para a imaturidade revelada pelos movimentos, na medida em que “foram projetados para enfrentamentos decisivos quando ainda mal se haviam constituído como sujeitos políticos”. Não conseguiram se contrapor ao ritmo da “política instituída”, que acabou prevalecendo.

Concluindo, apesar de todas as atuais adversidades conjunturais, e mesmo que se opte por um olhar mais severo e crítico do passado, ainda é o caso de perguntar se as propostas dos anos 70, nos seus aspectos essenciais, estariam totalmente enterradas ou ainda constituiriam desafios frente à realidade contemporânea.

Bibliografia

- BATISTONI, M. R. (2010). *Confronto operário*. São Paulo: NPC/IIEP.
- FARIA, H. (1986). *A experiência operária nos anos de resistência.: a Oposição Metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário (1964-1978)*. São Paulo: Dissertação de mestrado, Ciências Sociais, PUC-SP.
- FASE-SP (1982). Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca: uma alternativa ao imobilismo. *Revista Proposta*, RJ, jul.1982.
- FERNANDES, F. (1982). A Ditadura em Questão. São Paulo, *Em Tempo*, mar.
- NETTO, J. P. (2010). O déficit da esquerda é organizacional. Disponível em <http://resistir.info/> Acesso em out. 2010.
- OLIVEIRA, F. (2004). Há Vias Abertas para a América Latina? Disponível em bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/hegemo/pt/deOlivera.rtf Acesso em set. 2010.
- OSM [s/d]. Histórico da Oposição Sindical, mimeo.
- OSM (1981). Contribuição para um Plano de Lutas, out.1981, mimeo.
- RLO e OSM (1982). Sobre a Organização nos Locais de Trabalho. SP, dez.1982, mimeo.
- RODRIGUES, I. (1994). A questão da organização por local de trabalho. In: MARTINS, H.; Ramalho, J. R. (org.) *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec/Cedi/Nets.
- SADER, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- TELLES, V. S. (1988). Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio (org.) *As Lutas Sociais e a Cidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- TELLES, V. S.; SADER, E. (1982). Entre a fábrica e o sindicato, os dilemas da OSM de S.Paulo. *Desvios*, n.1, São Paulo.